



# DIÁRIO OFICIAL

Órgão oficial eletrônico do **Município de Logradouro**

Instituído pela Lei Municipal  
Nº. 429 de 14 de Novembro de 2023

Edição de Quarta-feira, 20 de maio de 2026

[www.logradouro.pb.gov.br](http://www.logradouro.pb.gov.br)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO SETOR DE LICITAÇÕES

### ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS Nº. 004/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO - PB, inscrita no CNPJ: 01.612.986/0001-13, com sede na Avenida Francisco Gomes, 06, autoriza a Empresa **V. TORRES SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 52.801.493/0001-62**, com o Contrato nº 033/2026 no valor de **R\$ 210.956,53 (Duzentos e dez mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e três centavos)**, celebrado entre as partes através do Contrato oriundo da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 004/2026, de acordo com o objeto contratado, e planilha de execução e projeto para dar início aos serviços de **REFORMA DO CANTEIRO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO-PB**, objeto do contrato acima mencionado, e em conformidade com o respectivo projeto.

Logradouro, 20 de maio de 2026.

**JOSÉ MARINALDO DA CRUZ**  
PREFEITO

**V. TORRES SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
CNPJ: 52.801.493/0001-62  
REPRESENTANTE LEGAL



Modalidade – Pregão Eletrônico nº 011/2025  
Ata de Registro de Preços nº 011/2025

**1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO/PB E DO OUTRO LADO A EMPRESA LIMPA MAIS COMÉRCIO LTDA. NAS CONDIÇÕES ABAIXO.**

A Prefeitura Municipal de Logradouro, Estado da Paraíba, localizada no centro, S/N, município de Logradouro - PB, CNPJ nº 01.612.986/0001-13, neste ato representada pelo seu Prefeito o Sr. **JOSÉ MARINALDO DA CRUZ**, Brasileiro, residente e domiciliado no Centro, Logradouro – PB, portador do CPF: **631.484.840-06**, doravante simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR**, e do outro lado a Empresa: **LIMPA MAIS COMÉRCIO LTDA**, com Cadastro Nacional Pessoa Jurídica CNPJ: **24.747.519/0001-04**, localizado na Rua Maria da Silva Santos, 37, Pavimento Térreo, centro, Guarabira - PB denominada simplesmente de **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, vem perante este instrumento, celebrar o respectivo **TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2025**, nas condições abaixo:

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO:

**1.0** O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA** da **Ata de Registro de Preços nº 011/2025** e a **RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVOS**, conforme previsão na **Cláusula Primeira da ARP 011/25**.

**1.2** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será prorrogado por mais **12 (doze) meses**, a partir de do dia **21/05/2026** até **21/05/2027**, observada a vigência máxima permitida.

**1.3** Os quantitativos iniciais registrados na Ata original **serão renovados e se manterão com os mesmos valores**, conforme a ata original.

#### CLÁUSULA II – DA FUNDAMENTAÇÃO E PRECEDENTES JURÍDICOS:

**2.0** O presente instrumento de aditivo a ata de registro de preços supracitada, tem como fundamentação jurídica o **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21**.

##### 2.1 Precedentes:

- Acórdão TCE-PE 2259/25
- Decisão nº 913/2025 TCE/SC
- PARECER Nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU
- PARECER Nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU
- ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº ON 100/2025 PÚBLICADA 14/08/25
- Processo TC nº 06.790/24 (Relatório sub tópico c – comentado, pág.68 do proc.
- Parecer normativo 004/25 TCE/PB

#### CLÁUSULA III – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DA ATA PRIMARIA:

As demais cláusulas da respectiva **Ata de Registro de Preço 011/2025**, não sofrerão nenhuma alteração, permanecerão inalteradas.



# DIÁRIO OFICIAL

Órgão oficial eletrônico do **Município de Logradouro**

Instituído pela Lei Municipal  
Nº. 429 de 14 de Novembro de 2023

Edição de Quarta-feira, 20 de maio de 2026

[www.logradouro.pb.gov.br](http://www.logradouro.pb.gov.br)

## CLÁUSULA IV – DA PUBLICIDADE

Incumbirá ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** divulgar o presente instrumento juntamente com a respectiva **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** renovada para efeito de eficácia nos termos do que dispõe art. 176 da Lei Federal 14.133/2021

## CLÁUSULA V – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Logradouro – PB ou outra que seja responsável pela respectiva cidade, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da execução ou inexecução do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

E por estarem, assim, justos e contratados, obrigando-se a cumprir todas as condições contidas neste Contrato, as partes pactuadas assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas presentes e abaixo nomeadas para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Logradouro 20 de maio de 2026

**JOSÉ MARINALDO DA CRUZ**  
Prefeito  
**ÓRGÃO GERENCIADOR**

**LIMPA MAIS COMÉRCIO LTDA**  
CNPJ: 24.747.519/0001-04  
**DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026  
SELEÇÃO DE GRUPOS MUSICAIS DE FORRÓ PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE  
EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE  
FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

### RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO

A Prefeitura Municipal de Logradouro, no estado da Paraíba, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, em conformidade com a Lei nº 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), com a Lei nº 14.903/2024, com o Decreto nº 11.740/2023, com o Decreto nº 11.453/2023, regida pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, torna público o **Resultado Final da Etapa de Seleção** do Edital Forró da Nossa Terra nº 02/2026.

#### Notas metodológicas:

1. Todos os recursos interpostos foram analisados pela Coordenação do Edital. Em caso de deferimento, a nova nota substituiu a anterior. Em caso de indeferimento manteve-se a nota original.
2. Foram selecionadas as propostas com as maiores notas, respeitando a quantidade de vagas disponíveis na categoria e seguindo a ordem decrescente de pontuação.
3. Nesta etapa não cabe mais recurso.
4. O proponente selecionado deverá encaminhar a documentação exigida no **Anexo 2, em arquivo único (formato PDF)**, para o e-mail [culturallogradouropb@gmail.com](mailto:culturallogradouropb@gmail.com), até às **23h59 do dia 25 de maio de 2026**, conforme o cronograma do edital.
5. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas pelo e-mail: [culturallogradouropb@gmail.com](mailto:culturallogradouropb@gmail.com).

Logradouro/PB, 20 de maio de 2026.

**JOSÉ MARINALDO DA CRUZ**  
Prefeito do Município de Logradouro

#### CATEGORIA: GRUPOS DE FORRÓ

Nº	Nome do Proponente / Grupo	CPF/CNPJ	Cota	C1	C2	C3	C4	C5	Total	Pt. Extra	Nota Final	Situação
1	<a href="#">Flávio Laurentino dos Santos</a>	088.*****30	Ampla Concorrência	2,0	2,0	2,0	2,0	1,5	9,5	-	9,5	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
2	<a href="#">Geovani André da Silva</a>	707.*****76	Ampla Concorrência	1,5	1,5	2,0	1,5	1,0	7,5	-	7,5	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
3	<a href="#">Thais Cristina Silva da Costa</a>	701.*****93	Ampla Concorrência	1,5	1,5	1,5	1,5	1,0	7,0	-	7,0	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
4	<a href="#">Edilson Francisco dos Santos</a>	63.911.*****79	Ampla Concorrência	0,0	0,0	2,0	1,0	0,0	3,0	-	3,0	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026**  
**SELEÇÃO DE PROJETOS DE ARTESANATO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE**  
**EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE**  
**FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**  
**RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Logradouro, no estado da Paraíba, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, em conformidade com a Lei nº 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), com a Lei nº 14.903/2024, com o Decreto nº 11.740/2023, com o Decreto nº 11.453/2023, regida pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, torna público o **Resultado Final da Etapa de Seleção** do Edital Logradouro Artesão nº 03/2026.

**Notas metodológicas:**

1. Todos os recursos interpostos foram analisados pela Coordenação do Edital. Em caso de deferimento, a nova nota substituiu a anterior. Em caso de indeferimento manteve-se a nota original.

4. Foram selecionadas as propostas com as maiores notas, respeitando a quantidade de vagas disponíveis na categoria e seguindo a ordem decrescente de pontuação.

**5. Nesta etapa não cabe mais recurso.**

4. O proponente selecionado deverá encaminhar a documentação exigida no **Anexo 2, em arquivo único (formato PDF)**, para o e-mail [culturallogradouropb@gmail.com](mailto:culturallogradouropb@gmail.com), até às **23h59 do dia 25 de maio de 2026**, conforme o cronograma do edital.

5. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas pelo e-mail: [culturallogradouropb@gmail.com](mailto:culturallogradouropb@gmail.com).

Logradouro/PB, 20 de maio de 2026.

**JOSÉ MARINALDO DA CRUZ**  
Prefeito do Município de Logradouro

CATEGORIA: LOGRADOURO ARTESÃO

Nº	Nome do Proponente / Grupo	CPF/CNPJ	Cota	C1	C2	C3	C4	C5	Total	Pt. Extra	Nota Final	Situação
1	Marluce Teotônio	726.*****91	Ampla Concorrência	2,0	2,0	2,0	2,0	1,5	9,5	0,5	10,0	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
2	Maria Valéria de Farias	031.*****42	Ampla Concorrência	2,0	2,0	2,0	2,0	1,5	9,5	0,5	10,0	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
3	Francisca Amarante da Silva	965.*****15	Ampla Concorrência	1,5	2,0	2,0	2,0	1,5	9,0	0,5	9,5	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
4	Anderson Luan Viana Nunes	48.357.*****98	Ampla Concorrência	2,0	2,0	1,5	2,0	1,5	9,0	-	9,0	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
5	Gabriele Alves Vieira	164.*****95	Ampla Concorrência	1,5	2,0	2,0	2,0	1,0	8,5	0,5	9,0	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
6	Tamiris Amaro de Oliveira	072.*****05	Ampla Concorrência	1,5	2,0	1,5	2,0	1,5	8,5	0,5	9,0	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
7	Luís Irinaldo Deodato dos Santos	098.*****67	Ampla Concorrência	1,0	2,0	2,0	1,5	0,5	7,0	-	7,0	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
8	Lusinete Crescencia do Nascimento	427.*****87	Ampla Concorrência	0,0	0,0	2,0	1,5	0,0	3,5	-	3,5	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)
9	Maria José do Nascimento Costa	022.*****93	Ampla Concorrência	0,0	0,0	2,0	1,5	0,0	3,5	-	3,5	SELECIONADO (AMPLA CONCORRÊNCIA)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 474/2026

**ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE “2027” E ADOTA PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO**, ESTADO DA PARAÍBA, dentro das atribuições que lhes são cabíveis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2027, obedecendo ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, destacando:

- I – Os Objetivos Gerais da Administração;
- II – A Organização do Orçamento;
- III – A Receita Prevista;
- IV – A Despesa Fixada;
- V – As Despesas com Pessoal e Encargos;
- VI – Os dispositivos relativos à Dívida Municipal;
- VII – Os Programas de Trabalho do Governo;
- VIII – Disposições Finais.

### I – DOS OBJETIVOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 2º** - As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei, deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- I – Diminuição da mortalidade infantil, mediante execução de ações básicas de saúde e de saneamento;
- II – Combate à pobreza e à exclusão social;
- III – Melhoria dos serviços prestados à população com atenção especial as áreas de educação e saúde;
- IV – Melhoria das condições de moradia da população de baixa renda;
- V – Plena oferta de vagas na rede de ensino municipal;
- VI – Melhoria da infra estrutura básica do município e preservação do meio ambiente;
- VII – Incentivo a geração de renda e erradicação de trabalho infantil;
- VIII – Oferta de educação pré-escolar para todas as crianças de famílias de baixa renda;
- IX – Execução de ações voltadas para a preservação da cultura.
- X – Serão tratados como prioridade o atendimento da Primeira Infância quando da elaboração da LOA 2027.
- XI - Considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.



XII - A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o estatuto da criança e do adolescente e demais normas aplicáveis.

XIII - O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação da LOA para elaborar e divulgar oficialmente a agenda transversal de que trata essa lei.

**Parágrafo Único.** O município buscará o apoio de outros entes governamentais com o fim de implementar as ações voltadas para os objetivos estabelecidos neste artigo.

## II – DA ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

**Art. 3º** - Para fins previstos nesta Lei compreende-se por:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – cada um dos órgãos aos quais serão consignados os créditos orçamentários e as dotações respectivas para execução de seus programas de trabalho;

PROGRAMA – instrumentos através do qual são definidos os objetivos finais da ação governamental;

PROJETO – instrumento de programação para alcançar os objetivos finais de um programa envolvendo um conjunto de ações desenvolvidas de forma limitada no tempo, das quais resultarão a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;

ATIVIDADE – instrumento de programação para alcançar os objetivos finais de um programa envolvendo um conjunto de ações que se desenvolvem de modo contínuo e permanente, necessárias à manutenção da ação governamental;

OPERAÇÃO ESPECIAL – gastos que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto final e nem contraprestação direta em bens ou serviços.

**Parágrafo Único.** Cada programa de trabalho deverá corresponder a um código numérico que o identifique quanto a função, sub-função, programa, projeto, atividade e/ou operação especial a que estiver vinculado, enquanto que o código da natureza da despesa deverá evidenciar a categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e ainda a fonte de financiamento.

**Art. 4º** - A proposta orçamentária a ser encaminhada, deverá obedecer as disposições contidas no artigo 22 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, constando também as prioridades e as metas físicas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as do funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social, correspondem, para o Poder Executivo aquelas definidas para os programas estruturantes e outros deles decorrentes contemplados no Plano Plurianual 2027-2029, e em suas revisões, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2027, não se constituindo, todavia, em limite a programação da despesa.

**Parágrafo Único.** O anexo de Metas será o definido no ANEXO II desta Lei que passará a integrar a LDO de 2027.



### III – DA RECEITA PREVISTA

**Art. 5º** - A previsão da receita tributária não poderá ser inferior a 1% (um por cento) da receita total, exclusive as transferências de convênios com finalidades previamente estabelecidas.

**Art. 6º** - As Receitas de Transferências Constitucionais da União e do Estado, em favor do Município, serão estimadas com base em informações fornecidas pelos órgãos governamentais competentes.

**Art. 7º** - O Orçamento Municipal deverá consignar como receitas orçamentárias, todos os recursos recebidos pelo Município, inclusive os provenientes de transferências que lhe venham a ser feitas por outras pessoas de direito público ou privado, quer sejam relativas a Convênios, Contratos, Acordos, Auxílios, Subvenções ou Doações, excluídas apenas aquelas de natureza Extra-Orçamentária cujo produto não tenha como destinação o atendimento as Despesas Públicas Municipais.

### IV – DA DESPESA FIXADA

**Art. 8º** - A fixação da despesa levará em conta critérios que atendem a exatidão bem como os objetivos, prioridades e metas estabelecidas por esta Lei.

**Art. 9º** - A despesa total do Poder Legislativo, em relação ao orçamento, obedecerá ao disposto no artigo 29 A, Inciso I e § 1º da Constituição Federal e demais legislações pertinentes.

**Art. 10º** - A Lei de orçamento, conterà autorização para abertura de créditos suplementares destinado ao reforço de dotações, remanejamento e transferência de recursos, limitada a 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada.

- a) Atender insuficiência nas dotações orçamentárias, utilizando como Fonte de Recursos as disponibilidades caracterizadas no & 1º do art. 43 da Lei Federal no. 4.320 de 17 de abril de 1964.
- b) Fica autorizado o Gestor a realizar transposição, remanejamento ou transferência em recursos do Orçamento, de uma categoria de Programação para outra ou de um órgão para outro, para atender as necessidades do município até o limite estabelecido no Caput deste artigo.

**Art. 11º** - A transferência de recursos, destinada ao custeio de serviços de responsabilidade de outros entes da federação, somente será objeto de inclusão no orçamento quando envolver o atendimento a situações de interesse local, atendidas as disposições contidas no artigo 62, da Lei Complementar 101/2000, e será fixada mediante crédito orçamentário específico.

**Art. 12º** - Os investimentos de execução superiores a um exercício financeiro, que resultarem em despesas de capital, somente serão contemplados com dotações no orçamento de que trata a presente Lei se integrarem o Plano Plurianual, ou se a inclusão neste, tiver sido legalmente autorizada.

**Art. 13º** - A Reserva de Contingência será constituída à base de 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida estimada, constará no orçamento como dotação global não previamente destinada a determinado órgão, fundo de despesa, com o fim de cobrir eventualidades fiscais e passivos contingentes e caso não seja necessário a sua utilização,



pode ser utilizada para suplementação de créditos suplementares de outras necessidades que se apresentarem a gestão orçamentária.

**Art. 14º** - As ações resultantes de convênios acordos de cooperação com finalidades específicas, celebrados com outros entes da federação, não previstas no orçamento, serão realizadas mediante abertura de créditos especiais, limitando-se o valor ao montante ajustado.

**Parágrafo Único.** Os decretos de abertura dos créditos autorizados na forma deste artigo, especificarão os programas de trabalho com seus respectivos códigos e natureza das despesas.

**Art. 15º** - É vedada a concessão de crédito orçamentário com finalidade ou com dotação imprecisa.

## V – DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

**Art. 16º** - A despesa geral do Município com pessoal, definida na forma do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida e observada a seguinte distribuição:

- I – Poder Executivo 54%
- II – Poder Legislativo 6%

**Art. 17º** - Para os fins previstos nesta Lei, integrarão a Receita Corrente Líquida, todas as receitas correntes, com exclusão das destinadas aos custeios previdenciários e das provenientes de compensação financeira, na forma da Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999.

**Art. 18º** - Integrarão a despesa com pessoal:

- I – Vencimentos e salários dos servidores ativos;
- II – Proventos garantidos aos inativos e pensionistas;
- III – Encargos sociais a qualquer título;
- IV – Gastos com vantagens adicionais, serviços extraordinários e ajudas de custo;
- V – Subsídios dos agentes políticos;
- VI – Gastos com terceirização de mão-de-obra;

**Parágrafo Primeiro.** Não serão incluídas no cálculo do limite previsto no artigo anterior:

- I – Despesas com indenização trabalhista;
- II – Despesas com incentivo à demissão voluntária;
- III – Despesas decorrentes do cumprimento de decisão judicial relativa a período anterior ao considerado na apuração;

**Art. 19º** - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 16 desta Lei, a adoção de providências que objetivarem a sua adequação preservará os setores de educação, saúde e assistência social.

**Art. 20º** - Se os gastos referidos no artigo anterior atingirem o limite com a prudência de que trata o artigo 22 da Lei Complementar 101/2002 a realização de serviços extraordinários ficará restrita apenas aos setores de educação e saúde em casos excepcionais.

**Art. 21º** - Para os fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras,



bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

## VI – DOS DISPOSITIVOS RELATIVOS À DÍVIDA MUNICIPAL

**Art. 22º** - O orçamento conterà dotações específicas destinadas a atender ao pagamento decorrente de amortização de débitos resultantes de parcelamentos de encargos previdenciários e de outras dívidas patronais, inclusive precatórios expedidos pelo Poder Judiciário.

**Art. 23º** - A Lei de Orçamento poderá autorizar a contratação de operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO – respeitando o disposto no artigo 38 da Lei Complementar 101/2000.

## VII – DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

**Art. 24º** - O orçamento de que trata a presente Lei, contemplará com alocação de recursos, prioritariamente, todas as atividades constantes no vigente orçamento e, obrigatoriamente, todos os projetos previstos para 2027, que integrarão o Plano Plurianual para o quadriênio 2026/2029, ressalvados aqueles que vierem a sofrer supressões por força de disposição legal, estando autorizado a constar todos os programas legalmente instituídos.

**Parágrafo Único.** Poderão ser incluídos no orçamento, independentemente de previsão plurianual específica, dotações para o financiamento de programas conveniados com outras esferas de governo, cuja contrapartida municipal seja inferior a 30% (trinta por cento) do valor ajustado.

## VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 25º** - O Poder Executivo poderá promover limitação de empenhos e/ou propor alteração na legislação tributária, sempre que houver risco de comprometimento do equilíbrio fiscal.

**Art. 26º** - Até 30 dias após a publicação do orçamento o Poder Executivo elaborará a Programação Financeira de Desembolso, por função de governo, para todas as unidades orçamentárias e estabelecerá as Metas Bimestrais de Arrecadação segundo as fontes e sub-fontes de receita, mantendo o equilíbrio entre receita e despesa.

**Art. 27º** - Até o dia 31 de agosto a Câmara Municipal encaminhará a sua proposta parcial de orçamento para inclusão na Proposta Geral que lhe será remetida até o dia 30 de setembro.

**Art. 28º** - As emendas substanciais a proposta de orçamento, deverão ser acompanhadas de exposição justificativa e acompanhada de demonstrativo com indicação detalhada dos programas de trabalho inseridos e dos que deverão servir de fonte compensatória.

**Parágrafo Único.** Nenhuma emenda será aprovada se estiver em desacordo com as disposições previstas no Caput deste artigo.



**Art. 29º** - Nenhuma alteração que implique em aumento da despesa poderá ser feita na proposta Orçamentária sem indicação de fonte de recursos correspondente.

**Art. 30º** - A Câmara Municipal somente poderá entrar em regime de recesso parlamentar após a votação da Proposta Orçamentária.

**Art. 31º** - Os Créditos Suplementares abertos com a cobertura de recursos colocados à disposição do Município pela União e/ou pelo Estado com destinação específica, não serão incluídos no limite autorizado na Lei de Orçamento.

**Art. 32º** - As pessoas jurídicas beneficiadas com subvenções ou auxílio financeiro concedidos pelo município, ficam obrigadas a prestar contas da aplicação dos recursos na forma estabelecida em regulamento.

**Parágrafo Único.** O Município somente concederá subvenção ou auxílio financeiro a entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública, na forma da Lei, que estejam em situação regular perante os órgãos competentes.

**Art. 33º** - As dotações destinadas a assistência a população carente, serão consignadas em rubricas apropriadas e beneficiarão, preferencialmente, famílias cuja renda per capita seja inferior a meio salário-mínimo.

**Art. 34º** - As despesas relativas a programas nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social realizadas em cooperação com outras esferas de governo, serão incluídas de modo específico no orçamento.

**Art. 35º** - É vedada a redução ou dispensa de tributo, bem como a concessão de parcelamento não prevista em Lei ou Regulamento.

**Art. 36º** - Se até o último dia do **exercício de 2026** a Câmara Municipal não tiver concluído a votação da Proposta Orçamentária, a mesma entrará em vigor a partir de **1º de janeiro de 2027**, ficando o Poder Executivo autorizado a utilizar mensalmente o equivalente a 1/12 (um doze avos) do montante atualizado de cada dotação, até a conclusão do processo de votação.

**Art. 37º** - O Poder Executivo poderá promover mediante Decreto, alterações e ajustes na sua estrutura administrativa, objetivando adequar-se à política de ajuste fiscal ora vigente, bem como promover concurso público e processo seletivo simplificado quando se fizer necessário.

**Art. 38º** - Para os fins previstos no artigo 16, § 3º, da Lei Complementar 101/2000, são considerados irrelevantes despesas com bens e serviços cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666/93 e alterações formuladas pela Lei Federal n. 9.648/98.

**Art. 39º** - Fica autorizado a constar da LOA 2027, previsão de gastos para fomento de desenvolvimento regional em parceria com outros municípios.

**Art. 40º** - A metodologia de cálculo utilizada para as receitas e despesas, foram com base nos valores executados no exercício de 2026, com crescimento médio de 20% por exercício, devendo haver o ajuste quando da elaboração da LOA de acordo com os valores executados em 2026 até o mês de junho.

**Art. 41º** - O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2027 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2026, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2027, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos,



# DIÁRIO OFICIAL

Órgão oficial eletrônico do **Município de Logradouro**

Instituído pela Lei Municipal  
Nº. 429 de 14 de Novembro de 2023

Edição de Quarta-feira, 20 de maio de 2026

[www.logradouro.pb.gov.br](http://www.logradouro.pb.gov.br)

quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil, para os repasses de fundos ao Poder Legislativo em 2027.

**Art. 42º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 43º** - Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Logradouro – PB, em 20 de maio de 2026.

**JOSÉ MARINALDO DA CRUZ**  
Prefeito Constitucional